

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1534/XIV

Pelo impedimento de investimento chinês em sectores estratégicos em Portugal e/ou portugueses

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Por via das sucessivas crises económicas que o nosso país tem vivido em muito provocadas pela incompetência dos governos de nacionais de esquerda, e sobretudo da urgência que o Estado em seu resultado sentiu em alcançar divisas para as ultrapassar, aumentou gradual e consecutivamente o investimento de entidades detidas ou controladas por regimes estrangeiros em sectores de actividade estratégicos de, em e para Portugal.

O caso mais flagrante deste descontrolado e excessivo investimento estrangeiro tem sido ao longo dos anos exercido sobre a China, país que actualmente, em sectores que vão desde a banca às energéticas, tem um considerável peso e influência em todos estes negócios, numa dimensão que pode inclusivamente colocar em causa a soberania nacional.

A esta circunstância acresce que a pandemia que nos assola teve curiosamente origem também na China.

Podendo tal facto não ser mais que um acaso histórico, a verdade é que ao mesmo tempo esta vicissitude é curiosa na medida em que a doença nasce no país que mais tinha a ganhar com a destruição económica ocidental, enquanto que ao mesmo tempo nasceria dessa destruição, uma vez mais para a China, uma nova grande oportunidade de negócio.

Neste mesmo sentido, Bruxelas afirmou há meses, estar muito atenta aos comportamentos de Pequim que indo de encontro a esta circunstância, possam colocar em causa o controlo europeu de grandes empresas até agora sob seu domínio.

Aqui chegados, é pois urgente e premente que o governo português tome todas as medidas necessárias a investigar e controlar o peso da China na economia nacional e a bem da transparência negocial e política, impedir que a mesma aumente sob pena do país ficar refém do rumo que outro lhe queira impor.

Se verificarmos, e tal como anteriormente já houve oportunidade de indicar, a presença Chinesa é hoje muito diferenciada no tecido empresarial português, em participações que vão desde a REN, EDP, Seguradora Fidelidade, Banco BCP, Banco Haitong, Global Media e Luz Saúde, agora detidas por entidades como a Fosun, China Three Gorges, State Grid of China, Global Holdings Limited, entre outras.

Não é admissível que esta presença económica chinesa se mantenha no nosso país nos moldes em que se encontr

a, e muito menos que possa a este ritmo aumentar.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, recomenda ao Governo que:

- 1 – Liste todos os interesses ou sectores de actividade estratégicos nacionais que estejam no todo, ou em parte, sob domínio de entidades chinesas, independentemente da sua origem e tutela ser privada ou pública;
- 2 – Implementar com carácter de urgência uma estratégia robusta, musculada e sem cedências que vise impedir a China de continuar a investir em sectores estratégicos de ou para Portugal;
- 3 – Estudar todos e quaisquer procedimentos que possibilitem e garantam, independentemente do que tal possa significar para as relações entre os dois países e da forma como tal se execute, o reconcontro de sectores estratégicos de Portugal, agora em mãos chinesas, pelo nosso país.

Assembleia da República, 19 de novembro de 2021

O Deputado do CHEGA

André Ventura